

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 509.460 - SP (2019/0133231-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RODRIGO CORREA GODOY E OUTRO
ADVOGADOS : RODRIGO CORRÊA GODOY - SP196109
ALEXANDRE MASCARIN FRANCISCO - SP399270
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KELLY ZAMBELLO TOTI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido de liminar, impetrado em favor de **KELLY ZAMBELLO TOTI**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que a paciente foi presa preventivamente e denunciada, juntamente com outros 21 acusados, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 2º da Lei n. 12.850/2013 e 1º, *caput*, e § 2º, II, c/c 1º, § 4º, todos da Lei n. 9.613/1998, c/c 29 do Código Penal.

Inconformada com o recebimento da denúncia e a prisão cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos seguintes termos:

"*Habeas corpus* com pedido liminar - Organização Criminosa e Lavagem de dinheiro - Impetração requerendo o trancamento da ação penal - Alegação de que a denúncia é inepta ante a ausência de elemento indispensável para a configuração dos crimes - Matéria de mérito que deverá ser apurada na ação penal, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa - Habeas Corpus é estreita via que não possibilita a realização de exame de provas e questões de mérito da ação penal - Denúncia que atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal - Descrição adequada dos fatos criminosos e lastreada no quanto trazido pelas provas indiciárias - Basta a existência de elementos indiciários suficientes - Ausência de demonstração da falta de justa causa para prosseguimento da ação penal - Inexistência de constrangimento ilegal - Ordem denegada." (e-STJ, fl. 437).

Neste *writ*, os impetrantes alegam ausência de justa causa para a persecução penal, bem como inépcia da denúncia, por não descrever elementos indispensáveis da conduta. Afirmam que a denúncia não demonstra a estabilidade da conduta atribuída à paciente no suposto grupo criminoso, bem como da existência de lavagem de capitais.

Requerem, assim, em sede liminar, a suspensão da ação penal. No mérito, postulam a concessão da ordem para que seja rejeitada a denúncia nos termos do art. 395, I, do CPP ou, subsidiariamente, com amparo no inciso III do referido dispositivo legal.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a

existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Além disso, vale frisar que, "nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal ou inquérito policial/procedimento investigativo por meio do habeas corpus é medida excepcional". Por isso, será cabível somente "quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito." (RHC 110.327/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019.)

Na hipótese, a defesa sustenta a tese de inépcia da denúncia em relação aos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro, ao argumento de que o Ministério Público não descreveu suficientemente como a paciente integraria a organização criminosa, bem como o grau de estabilidade desta conduta atribuída à acusada no suposto grupo criminoso.

Em especial sobre a lavagem de dinheiro, entende o impetrante que a denúncia "... não cuidou de descrever minimamente o processo de lavagem de dinheiro (especificamente de que crime provieram os recursos que permitiram a aquisição do imóvel, qual o valor, e de que modo a acusada pretendia simular a licitude da origem dos valores para tornar o apartamento um produto com aparência de propriedade obtida com recursos lícitos)." (e-STJ, fl. 17).

Por outro lado, o acórdão impugnado, reproduzindo trecho da denúncia, asseverou que "... a denúncia descreveu os fatos criminosos de forma suficiente, nos exatos moldes do tipo penal ora questionado, atendendo aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, o que possibilita o exercício da ampla defesa do paciente." (e-STJ, fl. 441).

E, de fato, da leitura da minuciosa denúncia, que expõe as práticas ilícitas de uma complexa organização criminosa voltada para os jogos de azar atuante em 29 cidades (e-STJ, fls. 53-241), verifica-se que a acusação cumpriu todos os requisitos exigidos, esclarecendo com precisão a suposta atuação da acusada KELLY na organização criminosa e as circunstâncias do delito de lavagem de dinheiro.

Narra-se, em síntese, que "... KELLY ZAMBELLO TOTI, esposa de MARCO AURÉLIO TOTI, tem pleno conhecimento das atividades ilícitas desenvolvidas. KELLY tem a função de administrar os bens da organização, inclusive gerenciar patrimônio dos irmãos TOTI em nome de terceiros, em verdadeira conduta de lavagem de dinheiro. Os áudios a seguir são esclarecedores ... Não só ciência, Kelly demonstra e efetiva participação nas atividades ilícitas do grupo. Diálogos mantidos por e-mail por Kelly, interceptados mediante autorização judicial, bem demonstram esta postura, conforme se observa das mensagens abaixo." (e-STJ, fls. 122-125).

Quanto ao detalhamento da lavagem de dinheiro, as fls. 122-128 (e-STJ) há maior incursão sobre o delito, atribuindo-se tanto à paciente, Kelly, como a ré Juliana Toti, a função específica de não só transmudar o caráter ilícitos dos bens como administrar os imóveis do grupo.

O Ministério Público Estadual cuidou de colacionar na peça inicial transcrições dos áudios captados após as interceptações telefônicas, além de mensagem obtidas pela quebra de sigilo telemática, em que é possível verificar a inexistência de contundentes indícios para permitir a instauração da ação penal. Além disso, há documentos acerca do fluxo econômico astronômico da organização.

Assim, não se verifica qualquer inaptidão da denúncia.

Superior Tribunal de Justiça

Pelo mesmo fundamento, é inviável o acolhimento da tese de ausência de justa causa arguida pela defesa, que argui que a paciente não teria consciência a respeito dos crimes cometidos pelos demais integrantes da organização.

Tal como delineado pelo Tribunal *a quo*, a denúncia é clara ao indicar todos elementos para a configuração do crime de organização criminosa, destacando a exordial que a paciente possui, além de pleno conhecimento de todas os ilícitos praticados, efetiva participação nas atividades do grupo.

Assim, tem-se que as instâncias ordinárias afirmaram haver indícios suficientes a ensejar a instauração da ação penal também em desfavor da paciente, que, em tese, possuía domínio dos fatos e praticou conjuntamente aos demais denunciados os atos necessários para a concretização dos delitos.

A propósito, ressalta-se que a via mandamental e o momento prematuro escolhidos não permitem incursão fática sobre os autos, sendo que, durante a instrução processual, o magistrado poderá se debruçar sobre a prova produzida pelas partes, a fim de verificar a suficiência de prova de materialidade e autoria, a respaldar a procedência da denúncia. Naquela ocasião aí sim será adequada a discussão aqui proposta pela defesa, pois não haverá restrição cognitiva, sendo válida lá a apreciação de todo o arcabouço fático probatório dos autos.

A propósito do tema, confirmam-se:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. DESTRUIÇÃO OU ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. CHAVE FALSA. USO DE DOCUMENTO FALSO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.

[...]

3. No caso em tela, a incoativa detalha as atuações de cada membro da suposta organização criminosa, com descrição pormenorizada da função do ora paciente na empreitada, qual seja, a de realizar rondas pela cidade para alertar sobre a aproximação de agentes policiais enquanto os demais membros da associação praticavam furtos a agências bancárias, além da demonstração da prática de delito flagrado de uso de documento falso, reputando-se, portanto, prematuro o trancamento por esta Corte, sobretudo porque é no andamento do feito que serão apreciados, com a verticalidade adequada, os fatos narrados na denúncia.

[...]

8. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada. (HC 482.728/TO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 24/05/2019, grifou-se)"

"HABEAS CORPUS. LAVAGEM DE DINHEIRO. CRIME ANTECEDENTE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESPECIALIZADA EM EXTORSÕES, AGIOTAGENS E NEGÓCIOS FINANCEIROS ILEGAIS. TRANCAMENTO DA

Superior Tribunal de Justiça

AÇÃO PENAL. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE GENERALIDADE NA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Verifica-se o delito de organização criminosa quando, através de conversas descobertas por meio de interceptações telefônicas, o paciente presta contas a comparsa a respeito de negócios que estão sob sua responsabilidade, dando detalhes de suas ações, reforçando o seu papel, ao lado de outras integrantes, indicado pelo Parquet como profissionais e empresários especialistas na aplicação, investimento e branqueamento dos valores recebidos ilicitamente.

2. Não há falar em ausência dos requisitos mínimos quando a inicial acusatória, ao imputar o delito de lavagem de dinheiro, narra que a organização criminosa de posse de recursos financeiros adquiridos através de condutas delitivas praticadas, principalmente, pela facção criminosa PCC, reservava ao paciente a aquisição de bens imóveis e intermediação de negócios jurídicos, inclusive, junto ao Registro de Imóveis, constando informação da autoridade policial a existência de três CPFs em seu nome.

3. Encontrando-se devidamente demonstrados os indícios mínimos de materialidade e autoria da imputação de organização criminosa e lavagem de dinheiro, não se verifica a presença de quaisquer das situações que ensejam o trancamento da ação penal.

4. Habeas corpus denegado.

(HC 492.159/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 12/08/2019, grifou-se)

Desse modo, não se verifica ilegalidade apta a justificar a intervenção desta Corte, para o trancamento da ação penal.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator